



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº __, DE __ DE ____ DE ____

VERSÃO FINAL, 24/06/2008 – GT “PROP. RESOLUÇÃO CTCOST” (CTPNRH)

(com comentários de Martha Sugai)

Estabelece diretrizes para a articulação entre o gerenciamento de recursos hídricos e o gerenciamento costeiro.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando a zona costeira como patrimônio nacional e que a sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais, conforme o § 4º, art. 225, da Constituição Federal de 1988;

Considerando o art. 3º, inc. III e VI da Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe como diretrizes gerais para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos “a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental” e “a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras”;

Considerando a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, regulamentada pelo Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004;

Considerando que a Resolução CNRH nº 17, de 29 de maio de 2001, a qual estabelece diretrizes gerais para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, não contempla as inter-relações com a zona costeira e os sistemas estuarinos;

Considerando a necessidade do fortalecimento dos Sistemas de Informações de Recursos Hídricos e de Gerenciamento Costeiro e suas articulações;

Considerando que o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro tem entre seus princípios fundamentais a observância da Política Nacional de Meio Ambiente e da Política Nacional para os Recursos do Mar, de forma articulada com as demais políticas incidentes na sua área de abrangência e atuação;

Considerando que o Plano de Ação Federal da Zona Costeira - PAF (Resolução da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM nº 07, de 2005) prevê o planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na Zona Costeira;

Considerando que o Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado pela Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, contém em sua estrutura o Programa de Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, incluindo as Áreas Úmidas; e

Considerando necessária a promoção da articulação da gestão das bacias hidrográficas com a gestão dos sistemas estuarinos e zonas costeiras, proporcionando os usos múltiplos dos recursos hídricos, resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes para a articulação entre o gerenciamento de recursos hídricos e o gerenciamento costeiro em bacias hidrográficas que estejam inseridas ou contenham inserções da zona costeira.

Art. 2º Os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH devem articular-se com as coordenações nacional e estaduais do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - GERCO, de forma continuada, com vistas a compartilhar informações, análises e decisões, respeitadas suas esferas de competência.

Art. 3º Para atender aos propósitos da integração preconizada, os processos de implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos deverão considerar:

I – a articulação com a política???, diretrizes e base legal do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro;

II – a articulação entre colegiados do SINGREH e do GERCO;

II – a articulação entre os órgãos gestores do SINGREH e das coordenações do GERCO;

Art. 4º Os Planos de Recursos Hídricos deverão considerar:

I – O reconhecimento e a incorporação – respeitadas as limitações das escalas de abordagem usualmente utilizadas nesses planos – dos conteúdos que estejam disponíveis nos planos de gerenciamento costeiro, naquilo que se relaciona com recursos hídricos.

II – As-as possibilidades de articulação com os planos de gerenciamento costeiro com vistas à formulação e implementação de programas, projetos e ações conjuntas, para alcance de objetivos comuns.;

Parágrafo único: Ao longo do processo de elaboração dos Planos de Recursos Hídricos deverão ser consultadas as representações das Coordenações do Gerenciamento Costeiro.

Art. 5º Respeitadas as peculiaridades de cada caso e o estágio de implementação de ambos os sistemas de gestão, os processos de elaboração ou de atualização de Planos de Recursos Hídricos conterão ações ou programas destinados a promover a articulação entre os demais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos com os instrumentos correlatos da Política Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Art. 6º A elaboração ou atualização de Planos Estaduais de Recursos Hídricos, naqueles estados detentores de zona costeira, deverão contemplar programa para tratar da articulação da gestão de recursos hídricos com a gestão costeira, em consonância com o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 7º O espaço geográfico preferencial para a articulação da gestão de recursos hídricos com a gestão costeira será aquele resultante da interseção das competências de ambos os sistemas de gestão.

Parágrafo único: a ampliação do espaço geográfico de articulação entre os sistemas de gestão poderá ser avaliada caso a caso, quando a concepção ou implementação de programas e ações que visem o alcance de objetivos comuns assim justificarem.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente

Secretário Executivo